



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita



OFÍCIO N. 185 /2019-MPC-CTRR

Manaus, 13 de maio de 2019.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, o Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, através de sua Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita, no desempenho de sua missão institucional e com fulcro no artigo 88, parágrafo único, "a" c/c art. 93 da Constituição Estadual e artigo 116, parágrafo único, da Lei Estadual n. 2423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), vem, perante Vossa Excelência, no prazo de trinta dias, **REQUISITAR** as seguintes informações e documentos:

- a) As leis que outorgaram os incentivos ou benefícios tributários (isenção, anistia, remissão e outras concessões) das quais decorram a renúncia de receita, a contar desta data até 2 anos para trás (LRF: art. 14);
- b) Estudo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro na diminuição da receita que possa vir a ocorrer no exercício em que foi concedido o benefício e nos dois subsequentes (LRF: art. 14);
- c) Estudo de que a renúncia de receita foi levada em conta na elaboração da lei orçamentária, no que se refere ao montante da receita prevista (LRF: art. 12);
- d) Indicar as medidas adotadas para compensar a redução da receita com a concessão dos benefícios e incentivos tributários (LRF: art. 14, II);

Ao Excelentíssimo Senhor
BETANAEL DA SILVA D'ANGELO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU
Praça 16 de Julho, nº 1001, Centro
CEP: 69.400-000
MANACAPURU – AM

15-MAI-2019 10:26 006653:1/1

DIMP - MPC / AM

11:51:50/05/2019 01:19:49 0000 TCE/AM



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita



- e) Valores renunciados nesta data até 2 (dois) anos para trás;
- f) Indicar a contrapartida a ser prestada pelos beneficiários do incentivo ou benefício tributário.

Salia-se que esta requisição encontra amparo no disposto no artigo 88, parágrafo único, "a" c/c art. 93 da Constituição Estadual e artigo 116, parágrafo único, da Lei Estadual n. 2423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), de modo que **a omissão em atendê-la ensejará o oferecimento de Representação** no âmbito desta Corte de Contas.

Atenciosamente,

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora de Contas
Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita

ARQUIVE-SE

DATA: 15/05/19

Rubrica: